

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE DIRIGENTES DO INSTITUTO FE DERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e um minuto, foi iniciada a Vigésima Nona Reunião Ordinária do Colégio de Dirigentes (Codir) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), por videoconferência, sendo presidida pela Reitora, Professora Elaine Borges Monteiro, Presidente do Codir. Membros participantes: Hilda Ribeiro Romero, Diretora-Geral do Campus Aquidauana; Dejahyr Lopes Júnior, Diretor-Geral do Campus Campo Grande; Wanderson da Silva Batista, Diretor-Geral do Campus Corumbá; Angela Kwiatkowski, Diretora-Geral do Campus Coxim; Carlos Vinícius da Silva Figueiredo, Diretor-Geral do Campus Dourados; Sirley da Silva Rojas Oliveira, Diretora-Geral do Campus Jardim; Matheus Bornelli de Castro, Diretor-Geral do Campus Naviraí; Cláudio Zarate Sanavria, Diretor-Geral do Campus Nova Andradina; Izidro dos Santos de Lima Júnior, Diretor-Geral do Campus Ponta Porã; Walterísio Gonçalves Carneiro Júnior, Diretor-Geral do Campus Três Lagoas; Cláudia Santos Fernandes, Pró-Reitora de Ensino; Felipe Fernandes de Oliveira, Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação; Danilo Ribeiro de Sá Teles, Pró-Reitor de Extensão; Diego Henrique Pereira de Viveiros, Pró-Reitor de Administração; Fernando Antônio Camargo Guimarães, Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional. I -Abertura: A Presidente verificou o quórum regimental para início da reunião, tendo sido computada a presença de quinze dirigentes (no momento da abertura da reunião), o que permitiu a instalação dos trabalhos; informou que a reunião está sendo gravada e que tem previsão de duração de três horas, com prorrogação única de 30 (trinta) minutos. II - Expediente. 1. Justificativas de ausências: Não houve. 2. Convidados participantes: Carlitos Fioravante Vieira de Oliveira, Diretor de Tecnologia da Informação (Dirti); Diego Tadeu da Silva, Diretor de Planejamento e Gestão do Conhecimento (Dipla); Fernando Silveira Alves, Diretor-Executivo da Reitoria (Diret); Flávio Renato Matsubara, Ouvidor Interino (Ouvid); Ida Eveline Rockel, Coordenadora de Inovação Tecnológica (Coint); Márcio José Rodrigues Amorim, Diretor do Centro de Referência em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (Cread); Paulo Ricardo dos Santos Gomes, Assessor de Comunicação (Ascom); Pedro Henrique Sant'Ana Rissato, Diretor de Gestão de Pessoas (Digep); Vanessa Hiroko Kusano, Chefe de Gabinete da Reitoria (Gabin). 3. Participação da comunidade interna: A Presidente informou que foram recebidas quinze solicitações, entre servidores e estudantes que preencheram o requerimento eletrônico para participação como ouvintes, conforme o art. 12 do Regimento Interno do Codir. 4. Aprovação de ata de reunião anterior: Em apreciação a ata da Vigésima Sétima Reunião Ordinária, ocorrida em vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e um. Não houve manifestações. Ata aprovada. 5. Informes da Presidência: A Presidente comunicou as seguintes ações: Apresentação do "IFMS em Números" e da Central de Informações Estratégicas (CIE) ao Instituto Federal da Bahia (IFBA), na presença da Reitora Luzia Matos Mota; Reunião com Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) com pauta sobre reforma administrativa; Reunião com o Reitor Lino Sanabria e Vice-Reitor Arquimedes Gasparotto Júnior da Universidade da Grande Dourados (UFGD) com o intuito de ambos dirigentes das instituições se apresentarem; Reunião com a empresa Vale de Corumbá para apresentação de projetos do IFMS e estreitamento de relações; Reunião com a Subsecretaria de Políticas Públicas para a Juventude do Estado do Mato Grosso do Sul, com a participação do Subsecretário Ian Odara Araújo Leal e os Pró-Reitores do IFMS, no intuito de estreitamento de relações e, na apresentação dos campi, buscar oportunidades; Reunião com a empresa Eldorado Brasil de Três Lagoas, onde ocorreu a apresentação dos campi do IFMS em busca de novas oportunidades e parcerias; Participação na Cerimônia de Colação de Grau do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do Campus Naviraí; Reunião com Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro) e Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer) com a presença do Superintendente de Ciência e Tecnologia, Produção e Agricultura Familiar, Rogério Thomitão Beretta e equipe técnica da Agraer/Semagro, onde foi apresentado o projeto "IFMS na Comunidade"; Apresentação inicial do IFMS em reunião com o Deputado Estadual Eduardo Rocha, reunião que irá ter continuidade com presença de Diretores-Gerais dos campi em um segundo momento; Reunião com a Semagro, com a presença de Ricardo Senna, Secretário adjunto da Semagro, na qual foi conversado sobre edital que foi lançado por eles para a Educação Básica; Apresentação do IFMS e proposta de cursos do CREaD à Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen), com a presença da Chefe da Divisão de Educação da Agepen, Rita de Cássia Argolo; Participação em reunião virtual do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), que passou de quinzenal para semanal, na qual foi conversado também sobre questões da Portaria nº 246, de 15 de abril de 2016, assunto que será compartilhado com todos na próxima reunião; Participação em reunião de apresentação do Memorial do Campus Dourados (2014-2019), projeto desenvolvido por Comissão para materializar a história do Campus Dourados, sendo parabenizado pela Reitora e pelo Diretor-Geral Carlos Vinícius; Visita conjunta da Prodi, Diret e Gabinete da Reitoria à obra do telhado da Reitoria. A Reitora passou a palavra para Fernando Guimarães, para falar um pouco sobre as obras do IFMS, que salientou que se enfrenta hoje, não somente no IFMS, mas em

todas as esferas, desafios com vistas a não paralisação e continuidade das obras, considerando especialmente o aumento no custo de matéria prima, em especial o aço e o ferro. Mesmo com esse enfrentamento, Fernando informou que foi realizado um trabalho pelo servidor Flávio Matsubara, sob a utilização da metodologia de Gantt para o acompanhamento mais visual das obras do IFMS; Fernando Guimarães informou que hoje é possível acompanhar pelo SUAP, mas que, através dos gráficos da metodologia utilizada, fica muito mais fácil a compreensão, e passou a palavra ao servidor Flávio Matsubara que informou que, por meio do trabalho de mensuração, foram construídos gráficos utilizando a metodologia de Gantt, a qual dá maior visualização do andamento das obras do IFMS. Apresentou a todos os gráficos realizados, compartilhando as informações e dando acesso a todos por meio do link https://datastudio.google.com/reporting/8c7a75df-d0b6-4da3-ad85-8c61690c7462 para acompanhamento. Fernando Guimarães, juntamente com a Reitora, parabenizaram os trabalhos do servidor Flávio, e salientaram que os gráficos construídos serão atualizados para melhor acompanhamento de todos, dois dias após as medições. III - Ordem do dia: 1. Apresentação. 1.1. Transparência ativa. Apresentação: Ida Eveline Rockel. Antes de passar a palavra à Ida, a Reitora deu as boas-vindas a Flávio Renato Matsubara por assumir a Ouvidoria, e à servidora Ida na Propi. Com a palavra, a servidora Ida passou à breve apresentação sobre Transparência ativa, relembrou de sua apresentação sobre o Plano de Dados Abertos (PDA) na Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Codir, onde falou que o IFMS estava bem colocado no ranking e informou que hoje o instituto ocupa o primeiro lugar, e salientou que foi uma construção que vem desde 2012, quando do surgimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) e que muitos servidores contribuíram para que esse resultado acontecesse. Informou que dentre os itens que compõem a transparência ativa, o PDA e a Carta de Serviços aos Usuários estão entre os itens que mais deram trabalho para que se alcançasse esses resultados; ressaltou que a ASCOM foi fundamental na organização da transparência ativa, e que, dentre os benefícios de postar as informações na transparência ativa, está o de menos a comunidade necessitar perguntar. Ida também explicou que a Controladoria-Geral da União (CGU) monitora as informações, caso encontram-se da forma que eles determinam; caso as informações estejam desatualizadas, perde-se essa colocação; a responsabilidade do índice desta colocação sobre a transparência ativa merece ser compartilhada, em especial porque faz-se necessário permanecer, com o auxílio de todos, no patamar alcançado. Ida compartilhou a tela para que todos pudessem visualizar onde é que se encontram as informações e por onde a CGU monitora os 49 itens constantes da transparência ativa. Ao término da apresentação, a Reitora parabenizou Ida e a todos que colaboraram para que esse resultado fosse alcançado, e abriu para manifestações do pleno. Danilo parabenizou a todos os envolvidos pelo alcance da meta, dizendo que sente a transparência ativa muito semelhante à extensão, porque tendo os dados disponíveis pode-se agir e isso é benefício para todos, tanto comunidade interna quanto externa. Cláudio parabenizou pela apresentação e pela conquista, porque consolida todo um histórico de busca para essa transparência, e destacou que ações locais nos campi já fazem efeito, como divulgar pequenas atividades e manter a periodicidade, o que cria um sentimento de confiança na comunidade interna; e, por fim, perguntou e ao mesmo tempo sugeriu à servidora Ida, diante da necessidade de manter os dados atualizados, se não seria interessante saber de antemão quais informações, periodicidade e prazos necessários à manutenção, para que todos pudessem se organizar. Ida explicou que existe um plano de trabalho que contempla a elaboração de uma instrução normativa sobre a transparência ativa que contemplará o questionamento posto por Cláudio, e acrescentou que quem estará à frente desta tarefa é o novo Ouvidor, Flávio Matsubara. Cláudia parabenizou a todos que contribuíram para esse resultado tão importante que coloca a instituição num patamar importante, pois através dela se consegue receber feedback e melhorar as ações. Felipe reforçou a importância em manter os dados atualizados e parabenizou pelo trabalho realizado. Dejahyr parabenizou os trabalhos e ressaltou que isso enaltece a preocupação com a transparência, e que fiquemos todos vigilantes com a comunicação com a comunidade, de forma que as informações estejam acessíveis. A Presidente relembrou a todos que a transparência ativa é uma ação que já vem sendo trabalhada desde 2012 e que foi feito um esforço em 2020 para dar vazão. Flávio comentou que de agora em diante fica a responsabilidade em manter os dados atualizados e que, para isso, foi colocado no Paint 2021, auditoria na transparência ativa, que inclusive já teve alguns achados, e comentou a todos os gestores que mantenham as suas agendas atualizadas, como forma de manutenção dessa atualização, dentre outros, e que estarão recebendo contato para que mantenham atualizados os dados. Paulo também parabenizou Ida e a todos pelos trabalhos, e colocou-se à disposição para o apoio na manutenção da transparência ativa no site institucional. Na continuidade da pauta, a Presidente passou ao item 2. Apresentação e discussão: 2.1. Processo nº 23347.012306.2020-45 - Elaboração do Plano Anual Específico — PAE 2021 para a PRODI. Apresentação: Fernando Antônio Camargo Guimarães e Diego Tadeu da Silva. Com a palavra, Fernando Guimarães esclareceu que será demonstrado por Diego Tadeu como está sendo elaborado o PAE 2021, construção esta que está sendo realizada conjuntamente com todos os presentes. Com a palavra, Diego Tadeu explicou que será apresentado, primeiramente, como foi construído o PAE 2021 (anual) e como foi realizada a análise. Explicou que a elaboração se deu a partir de novembro de 2020, e perdurou por um período de setenta e três dias; no início, a partir de 24 de novembro, foi realizado um período de treinamento, primeiramente com os setores da reitoria até 27 de novembro, para então ser realizado com os campi de 30 de novembro a 4 de dezembro; os treinamentos foram realizados mediante agendamento e, nele foram abordadas questões desde como acessar o sistema, da importância do planejamento, como deveria ser confeccionado o PAE, etc.; a partir de 21 de dezembro foi realizada, pela equipe da Dipla, a análise dos PAE's da reitoria e, na sequência, foi dado feedback com momento para que os setores pudessem tirar suas dúvidas a respeito da análise realizada e, até 14 de janeiro, foi disponibilizado para realização de possíveis ajustes. Dessa forma, em 19 de janeiro os setores da

reitoria conseguiram finalizar de fato seus planejamentos. Durante a confecção dos planejamentos pelos campi, também foi disponibilizado pela Dipla novo agendamento para que, se eles necessitassem, pudessem contar com o apoio técnico desta equipe. Apenas o Campus Dourados procurou nesse segundo momento. O prazo para conclusão de inserção do planejamento no sistema fechou em 5 de fevereiro. Mediante solicitação dos campi houve prorrogação desse prazo até 26 de fevereiro; neste período, a Dipla foi realizando as análises e, assim, o planejamento total finalizou em 8 de março. A seguir, em sua apresentação, Diego Tadeu passou a explanar como foi realizada a análise dos planejamentos, na qual foi utilizada a Metodologia SMART, de George T. Doran (specific, measurable, attainable, relevant and time-bound), ou seja, específica, mensurável, atingível e temporizável, também utilizada no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMS (PDI). Foi aferido se o objetivo estava ligado com as metas estratégicas contidas no PDI; se as metas táticas foram confeccionadas dentro da metodologia SMART e, se estavam alinhadas aos respectivos indicadores. Diego Tadeu explicou que, inicialmente, no geral, havia 104 metas e que, após alinhamento, passaram a ser 73 metas; que para o alinhamento das metas foi encaminhado a cada campus, orientações; que ao se executar os PAE's, consequentemente, executa-se o Plano de Metas constante no PDI e, por isso, a importância dos objetivos táticos operacionais constantes nos PAEs estarem alinhados às metas do PDI; sendo assim, foram solicitados ajustes nos objetivos e metas dos PAE's dos setores da reitoria e dos campi, ocasionando o alinhamento e diminuição das metas no cômputo geral, a fim de que tudo estivesse alinhado, inclusive indicadores. Na oportunidade, Diego Tadeu também comentou sobre o painel de acompanhamento da execução do planejamento de 2021, já apresentado aos membros do Codir em reunião anterior, pelo qual a Prodi irá tentar realizar o acompanhamento da execução dos PAE's em tempo real. Terminada a apresentação, a Presidente agradeceu pela explanação e frisou a importância de se entender o planejamento e tentar colocá-lo na rotina de trabalho, e abriu para manifestações do pleno. Com a palavra, Cláudio comentou que há uma dificuldade grande com os indicadores, pois muitas vezes não é possível prever os indicativos, exemplo disso é o número de projetos a serem colocados pelos professores; e quis saber se quando se atinge o percentual estipulado (localmente), como deverá proceder tendo em conta que o objetivo ou meta estipulada para a instituição como um todo, ainda não tenha sido atingido; e como calcular uma contribuição de meta institucional quando localmente já se atingiu a meta que foi proposta? Danilo corroborou com a reflexão exposta por Cláudio, tomando como exemplo o êxito alcançado pelo Campus Nova Andradina na extensão, e acrescentou que para o PAE deve-se estabelecer metas não só exequíveis e que não permitam uma saturação, e que a consultoria da Dipla e da Prodi tem facilitado muito os trabalhos. Felipe disse que, em relação às metas, deve-se fazer um exercício mais profundo para que o PAE seja um conjunto de ações mais táticas de fato, no sentido de ser um meio e não um fim; por exemplo, nos projetos de extensão, realmente, corroborando com o que o foi dito por Cláudio, não tem como avaliar a adesão da comunidade local em relação a submissão de projetos de extensão, mas talvez tem como promover no planejamento de ações do Coeri local em fazer determinadas ações e conseguir ter um indicador de execução do PAE mediante o que foi proposto, e não no fim que são os projetos de extensão submetidos; e, por fim, salientou a necessidade de constantemente monitoramento para o aumento do implemento. Cláudio comentou que a dúvida reside em, por exemplo, na meta institucional estipulada para redução de 15% da evasão, isso nem sempre implica em 15% para todos os campi, pois tem campus que necessita reduzir muito mais a evasão dele considerando que metade de seus alunos estão indo embora, e em outro campus, só 10% está evadindo; então, há uma dificuldade na hora de olhar para o PDI e trazer para o campus esse percentual estabelecido e verificar o que cabe para cada um; e, por fim, também comentou que existem ações que têm que ser proporcionais. Cláudia agradeceu o apoio da equipe da Prodi em relação às capacitações e orientações dadas, e disse que as metas devem ser bem pensadas, mas há variáveis não possíveis de controlar. Fernando Alves disse que, sobre o cálculo de metas, foi percebido que grande parte do Relatório de Gestão é referente à prestação de contas das metas do PDI, e onde se resgata as informações para isso é nos RAEs (Relatórios) do ano anterior que, se estiverem bem alinhados às metas, o trabalho não fica muito grande; então, esse alinhamento é de extrema importância para que não exista o retrabalho. Fernando Alves expôs, quanto ao que o Cláudio falou, que julga importante, no âmbito do campus, por exemplo, de manter pelo menos o que foi realizado no ano anterior, porque se descuidar, pode prejudicar a questão da média; o pensar institucionalmente é muito importante nesses casos porque, por exemplo, às vezes um campus pode ser tão bom naquela meta que ele pode dar um valor que ajusta a média geral como é o caso da relação aluno-professor, onde tem-se campus que nessa relação está abaixo da média nacional, e há campus com a relação acima da média nacional, e isso tudo torna no cômputo geral, o olhar ao IFMS acima dos 20 por 1, porque há um equilíbrio; logo, isso leva ao pensamento de que quando for construído o PAE do próximo ano, deve-se verificar algumas dessas metas que são de todos, pois, mesmo estando bons os indicadores locais, todos devem continuar a ajudar de forma institucional; e comentou também que os painéis que a Dipla tem feito irão ajudar os gestores nas tomadas de decisões. Matheus fez uma sugestão referente à instrução processual, para que quando for feito o encaminhamento ao Codir, que se coloque todos os PAE's vinculados aos seus respectivos processos, e não apenas apensados, a fim de facilitar a consulta à comunidade; e comentou que apesar da Dipla/Prodi orientar muito bem a todos tecnicamente, acredita que falta ainda um momento de discussão do conteúdo das metas no momento de planejamento junto às Pró-Reitorias. Elaine comentou que sobre a manifestação de Matheus, já foi pensado, mas ainda não foi possível ser colocado em prática. Diego Tadeu explicou que percebe as dificuldades colocadas pelos membros, mas que ela advém de um Plano de Metas feito de forma geral, e que acaba trazendo consequências no PAE individual de todos; falou que para o próximo PDI deve-se pensar em metas por unidade e metas numéricas, a fim de respeitar a

particularidade e individualidade das unidades, pois quando se fala em alinhamento obrigatório, na verdade fala-se para que haja um alinhamento do PAE dos setores e campi às metas estabelecidas no Plano de Metas, no entanto, o planejamento é discricionário dos gestores; caso não seja colocada pelo gestor, ele tem possibilidade de justificar. Diego Tadeu ainda acrescentou que, quanto à pergunta de Cláudio, no sentido de não saber se coloca ou não a meta, mesmo já tendo cumprido no campus o estabelecido, a sugestão é a de que coloque, assim como foi dito por Fernando Alves, para manter a média, pois o intuito é de que a ferramenta ajude o gestor a verificar realmente o que ele fez ou não, e a dificuldade que se teve em mensurar as metas no passado e, agora, com esse acompanhamento proporcionando uma série histórica, ajudará a todos a fazer planejamento e acompanhamentos cada vez melhores. A Presidente agradeceu ao Diego Tadeu pelas explicações e apresentação e, não havendo mais manifestações, prosseguiu com a pauta. 3. Apresentação, discussão e votação: 3.1 Processo nº 23347.012376.2020-01 - Proposta Orçamento Assistência Estudantil 2021. Relator: Felipe Fernandes de Oliveira. Com a palavra, Felipe iniciou a apresentação do Parecer 3/2021 -PROPI/RT/IFMS, abordando o histórico do processo, a análise dos autos e, como sugestões de alterações, o Relator colocou que: a) o relator verificou, mesmo que sem intencionalidade, a inobservância de seus dirigentes quanto à Resolução nº 1/2021 - Codir. Portanto, com o objetivo de evitar reincidência no não cumprimento de futuras resoluções, sugere-se à secretaria do Codir que seja solicitado o Termo de Ciência das resoluções emitidas pelo Colégio de Dirigentes; b) a expressão "Assistência Estudantil" empregada no Edital de Auxílio-Permanência causa sombreamento e confusão no entendimento de alocação de recursos oriundos da ação 2994 (Assistência Estudantil). Levando em conta a abrangência definida pela ação 2994, sugere-se uma diferenciação da terminologia para evitar confusões que possam dificultar a interpretação de futuras distribuições de recursos oriundos da fonte orçamentária da AE, como prevista em sua respectiva Política; c) por fim, recomenda-se instruir processos específicos para a condução dos editais de auxílio-permanência, auxílio emergencial para acesso digital e kit alimentação, buscando evitar a realização de processos de descentralização dos recursos misturados as discussões e resoluções que possam ser emitidas no que tange a distribuição orçamentária da Assistência Estudantil do IFMS. Por fim, diante o exposto, Felipe manifestou-se favoravelmente à aprovação dos valores dos recursos para atender "Aprovação da publicação do Edital Kit Alimentação Escolar 2021" e "Definição e aprovação da reserva orçamentária para auxílio emergencial para acesso digital, para o semestre letivo de 2021.2". A Presidente agradeceu ao Relator e abriu para manifestações do pleno. Com a palavra, Diego Viveiros solicitou esclarecimento quanto a recomendação na relatoria de que se utilize o valor da assistência estudantil para o pagamento do auxílio do acesso digital; ressaltou ao Relator a preocupação de que apesar da Lei do Orçamento Anual (LOA) já ter sido aprovada, a definição orçamentária está bem indefinida, visto que há o orçamento, mas ainda não se tem autorização para sua utilização, ou seja, não se tem limite de empenho; destacou também que não se sabe como o Ministério da Educação (MEC) irá tratar o limite para contingenciamento neste exercício, o que se tem de histórico é que a assistência estudantil é um orçamento tradicionalmente liberado com maior facilidade, enquanto a Ação 20RL já sofre uma incidência de contingenciamento um pouco maior, então, se possível, tratar as despesas relativas a auxílios a estudantes e de questão social por meio da assistência estudantil para uma maior segurança no planejamento. Felipe disse que tentou respeitar o que já tinha sido discutido e deliberado pelo colegiado anteriormente, esclareceu que quanto a utilização de saldos, foi uma mera sugestão, mas que se ateve a tabela de distribuição discutida, sem ir além. Cláudia comentou que é preciso analisar toda a conjuntura atual, e também foi analisado, no momento do novo redimensionamento, o edital que foi publicado e a lista de estudantes e procurou-se respeitar a autonomia do campus e a sua equipe técnica e, como a aprovação é realizada no Codir, necessitou-se retornar o processo em tela ao colegiado para estas definições, e o que o Relator colocou de revisar em julho, já era um planejamento sendo muito importante devido à conjuntura atual. Carlos Vinícius comentou que sentiu falta, processualmente falando, da última planilha que foi preenchida junto às assistentes sociais e ao ensino, e questionou se a ação de hoje não descredencia o que foi combinado com as assistentes sociais? Felipe disse que sim, que foram considerados os valores combinados com as assistentes sociais, que se utilizou do hiperlink do ofício 4, mas que poderá trazer para o relato. Hilda perguntou se o valor remanescente é para ser utilizado para kit a partir de agosto (presencial) e não para auxílio alimentação como alimentação escolar pois, se for essa a proposta, necessitará antes de definição, conversar com a equipe do campus responsável pela alimentação escolar, a comissão junto às assistentes sociais, pois já houve dificuldades anteriormente por não ter nutricionista para descrição dos alimentos para compras e foi muito árduo executar dessa forma. Felipe disse que, na relatoria, a sugestão é de não oferecimento de alimentação quente ou seca neste ano atípico, e sim de entrega do kit (cestas); mas se Aquidauana e Corumbá, ao retornarem, forem oferecer merenda quente ou seca, precisará reavaliar no colegiado a situação nesses dois *campi*, passando pelas comissões responsáveis e não esquecendo das questões sanitárias para este fornecimento. Elaine comentou que Aquidauana e Corumbá já têm atendido aos estudantes nesse sentido, no entanto, a situação está muito instável para o próximo semestre, o próprio MEC tem alertado para um retorno presencial, e os estudantes desses campi, ao retornarem, vão querer o benefício da alimentação da forma como recebiam anteriormente, então, talvez atenuar para esses dois campi seja uma probabilidade. Wanderson manifestou-se dizendo que, devido ao cenário indefinido, o contrato para terceirização referente ao fornecimento está paralisado e, realmente, o estudante ao retornar irá querer o que estava recebendo, muito provavelmente ele irá necessitar dessa alimentação mais do que antes, pois a situação atual está mais difícil ainda do que anteriormente; com a reserva destinada na planilha apresentada para Corumbá, ao retornar presencialmente, não conseguirá ofertar a alimentação escolar (alimentação, serviço terceirizado, questões sanitárias, etc), e é preciso pensar com

bastante coerência para tomar a melhor decisão. Dejahyr comentou que deverá haver um esforço institucional em realizar uma previsão para merenda quente a esses dois campi, e uma atenção redobrada para os nossos critérios de redistribuição, e perguntou a Cláudia se há legitimidade para destinar este recurso e tocar este processo, por conta, inclusive, da descentralização das UASGs? Cláudia respondeu que quanto ao recurso do PNAE, pode ser comprado o kit alimentação, e que compete à Proen consultar a aplicação desses recursos junto ao Codir, aí é elaborado o edital; e o campus tem autonomia sobre a definição dos recursos que serão reservados para a alimentação. Quanto aos processos, Diego Viveiros enfatizou a importância do planejamento e da especificação na relação dos itens da agricultura familiar, pois o processo referente a esses itens, onde o campus primeiramente fará a consulta à agricultura familiar local, é diferente do processo licitatório tradicional, e será mantido e organizado pelo próprio campus como foi no ano passado, e na aquisição dos demais itens (que não os da agricultura familiar), será realizado um processo único, tocado de forma descentralizada, onde tem-se a probabilidade de ganho em economia de escala. Matheus relembrou que na Resolução nº 01, de 10 de março de 2021, fala-se em nova discussão a qualquer tempo sobre as decisões de acordo com mudanças e/ou novidades de financeiro e distribuição orçamentária, então não concorda com o termo que o Relator colocou no relato sobre a sua inobservância, pois as discussões que ocorreram após ela foi em decorrência da mudança de cenário, e não que a mesma não tenha sido observada; comentou ainda que, para a discussão desta reunião, sentiu falta do escopo de informações como um todo e de como está sendo formado o orçamento do instituto hoje, quanto vem de custeio e capital efetivamente, pois os gestores necessitam dessas informações para poder planejar e poder tomar decisões quanto a assistência estudantil e poder direcionar com o que se tem em mãos; questionou qual é a motivação para o processo em tela estar em pauta neste momento, considerando que não se tem a completude e/ou fatos novos para análise; e explicou, ainda, que Naviraí teve uma estratégia mais ousada, pois retirou todo este recurso alimentação e passou para o auxílio permanência, por exemplo, então quando houver a rediscussão do que fazer com o saldo de R\$ 440.000,00, tem que levar isso em consideração para que o campus não seja duplamente beneficiado. Felipe argumentou que houve sim uma inobservância à Resolução nº 1/2021, pois a rediscussão não foi realizada em colegiado, e sim nas Direções-Gerais e Proen, e que isso por si só já é motivo de retornar para discussão, pois, após a rediscussão da planilha, foi alterado o saldo, e necessita-se rediscutir esse saldo remanescente e também porque os processos necessitam ser iniciados e, para tanto, necessita-se saber o saldo. A Presidente consultou o pleno quanto à prorrogação do tempo regimental por mais 30 minutos, sendo acatado por todos. Cláudia se manifestou dizendo que o saldo remanescente necessita ser discutido e definido para que se possam iniciar os processos de edital e aquisição, pois é um processo que demora em torno de 2 meses. Matheus perguntou quando vão ter uma noção mais clara da LOA aprovada, que inclusive já tem decreto de contingenciamento, reforma parlamentar, para poder ter o escopo como um todo e poder destinar os esforços orçamentários. Elaine disse que não se tem assentada essa informação, pois do orçamento aprovado já houve cortes, e acredita que pode ser que isso se desenrole na próxima reunião do Conif, na terça-feira, e que irá ainda conversar com os gestores, provavelmente, na próxima semana, logo que tenha informações a passar. Diego Viveiros informou que, em reunião do Fórum de Planejamento e Administração (Forplan), houve discussão sobre um bloqueio de orçamento dos órgãos federais e que poderá ser de até 30%, e do MEC será de 14%, só que o MEC ainda não informou como isso será repassado para as secretarias; e acredita que, infelizmente, só haverá um cenário mais claro para repassar a todos a partir de agosto. Elaine falou que, dependendo do cenário e da análise de muitas variáveis, o retorno será somente no segundo semestre, tendo que trabalhar para isso, mas alerta a todos que não está fácil fazer planejamento mediante tanta instabilidade. Matheus sugeriu que se aguarde a reunião do Conif e, enquanto isso, retornem ao campus para reunião com as equipes locais, para depois tomar decisões sobre a assistência estudantil. Fernando Alves observou que, como rege a Resolução nº 1/2021, a rediscussão deve ocorrer em reunião colegiada, então, sugeriu fazer o ajuste do recurso conforme complementado na planilha que foi compartilhada com todos, a fim de validar a decisão que os gestores já tomaram, e o restante do recurso coloca-se na nova resolução que fica a critério de decisão deliberada em reunião de gestão sistêmica e, enquanto isso, tem-se tempo para as novas informações e discussão nos campi, assim o recurso não fica fechado a uma rubrica específica e pode ser decidido da melhor maneira. Sirley trouxe um anseio do campus tendo em vista que lá se tem uma comissão de alimentação e que tem planejado no PAE do campus, a partir de 2020, a oferta da alimentação escolar, então perguntou se será mantida a condição de alimentação nesse cenário de total instabilidade e, considerando o retorno presencial para o segundo semestre, será optado pela compra dos kits, sendo que ao retornarem os alunos terão anseio de alimentação presencial? E também julgou interessante deixar essa decisão para posterior até que o cenário nacional aponte algo. Felipe disse que é importante a oferta de merenda nos dois campi que já ofertam e, para os demais, a posição mais razoável seria a oferta de kits de cestas básicas, pois a incerteza futura não permite retardar a tomada de decisão, e acredita que retardar a decisão vai complicar, qual seja o caminho tomado. Hilda salientou que a comunidade precisa participar do processo para que haja subsídios na decisão. Cláudia respondeu à Sirley que é importante que a comissão continue existindo, reunindo-se e se preparando para 2022 para a alimentação presencial. A Presidente solicitou ao Relator ajudar a canalizar o encaminhamento. Considerando o exposto pelos membros, Felipe manifestou-se, então, pela diligência do processo para que possam ser levantadas as informações junto aos campi, junto às comissões locais, em especial as de Aquidauana e Corumbá e, mediante os subsídios, que se realize nova reunião para tomada de decisão. A Presidente solicitou que não se vincule às definições do orçamento, pois há muita insegurança quanto a isso, mas, de qualquer forma, continuará atrás das informações. Felipe complementou que, inclusive, tenha-se parecer dos subcomitês locais sobre as questões de

biossegurança. Cláudia disse que a Comissão Central é para levantamento de custos para as modalidades de oferta, então não entra, o que deve ser considerado é a autonomia dos campi para decidirem localmente, a fim de tratar desse saldo remanescente para melhor alocação e não chegar no final do ano, ser abrupto e não atender a assistência estudantil. Matheus sugeriu que se rediscuta, não somente em Corumbá e Aquidauana, mas também em todos os campi, para que possam trazer para o colegiado, e entende e concorda que, após as discussões, que qualquer alteração na assistência estudantil seja neste colegiado. Felipe comentou que, considerando os questionamentos e sugestões colocados pelos membros, o processo entre em diligência para levantamento de informações complementares quanto: a) levantamento de informações locais quanto aos encaminhamentos para a Alimentação de cada campus; e b) avaliação do subcomitê de biossegurança dos campi Aquidauana e Corumbá quanto às necessidades para a oferta de merenda (situação presencial); e ainda sugeriu que conste em seu relato a emissão de nova Resolução, após rediscussão, no que tange a mudança da alteração da rubrica de alimentação para R\$ 450.000,00. Cláudia solicitou se é possível que venha definido nestes valores de saldo remanescente o que será para kit alimentação, para alimentação presencial, se é para lista de espera ou se é para acesso digital, para facilitar a elaboração dos editais. Felipe sugeriu que esta demanda posta pela Cláudia possa ficar para posteriori, na próxima reunião, pois agora ficaria inviável, pois devido a temporalidade, talvez o saldo remanescente até mude. Cláudia solicitou saber quanto será voltado a discutir esta questão, após recolhimento das informações, e se pode ser colocada uma coluna extra para preenchimento das informações na tabela. Diante das sugestões discutidas e com o acato do Relator, e não havendo mais manifestações, o pleno deliberou pela diligência do processo e que as informações deverão ser protocoladas até dia 24 de maio, para inclusão na pauta da próxima reunião do Codir em maio. Quanto à nova aba, foi decidido que as informações podem ser inseridas na aba da tabela, mas que não eximem o envio por email ao Relator. IV - Comunicação dos membros do colegiado: Não houve devido ao extrapolar do tempo regimental. V - Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e, às dezessete horas e quarenta e seis minutos, declarou encerrada a Vigésima Nona Reunião Ordinária do Colégio de Dirigentes, da qual eu, Laura Regina Miranda dos Santos, secretária ad hoc deste colegiado, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pela Presidente e pelos demais membros presentes do Colégio de Dirigentes do IFMS.

Ata aprovada na 31ª Reunião Ordinária do Codir, em 30 de junho de 2021.

Documento assinado eletronicamente por:

- Laura Regina Miranda dos Santos, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO, em 12/07/2021 11:30:27.
- Claudia Santos Fernandes, PRO-REITOR CD2 PROEN, em 07/07/2021 12:50:22.
- Felipe Fernandes de Oliveira, PRO-REITOR CD2 PROPI, em 05/07/2021 09:17:22.
- Wanderson da Silva Batista, DIRETOR GERAL CD2 CB-IFMS, em 01/07/2021 18:51:03.
- Carlos Vinicius da Silva Figueiredo, DIRETOR GERAL CD2 DR-DIRGE, em 01/07/2021 16:26:44.
- Claudio Zarate Sanavria , DIRETOR GERAL CD2 NA-DIRGE , em 01/07/2021 10:15:12.
- Fernando Antonio Camargo Guimaraes, PRO-REITOR CD2 PRODI, em 01/07/2021 10:12:41.
- Sirley da Silva Rojas Oliveira, DIRETOR GERAL CD2 JD-IFMS, em 01/07/2021 09:48:15.
- Diego Henrique Pereira de Viveiros, PRO-REITOR CD2 PROAD, em 01/07/2021 09:07:18.
- Dejahyr Lopes Junior, DIRETOR GERAL CD2 CG-IFMS, em 01/07/2021 07:40:40.
- Danilo Ribeiro de Sa Teles, PRO-REITOR CD2 PROEX, em 30/06/2021 18:38:51.
- Izidro dos Santos de Lima Junior, DIRETOR GERAL CD2 PP-DIRGE, em 30/06/2021 18:21:19.
- Walterisio Goncalves Carneiro Junior, DIRETOR GERAL CD2 TL-IFMS, em 30/06/2021 17:52:54.
- Hilda Ribeiro Romero, DIRETOR GERAL CD2 AQ-DIRGE, em 30/06/2021 17:48:33.
- Angela Kwiatkowski, DIRETOR GERAL CD2 CX-DIRGE, em 30/06/2021 16:46:29.
- Matheus Bornelli de Castro, DIRETOR GERAL CD2 NV-DIRGE, em 30/06/2021 16:35:42.
- Elaine Borges Monteiro Cassiano, REITORA CD1 IFMS, em 30/06/2021 16:32:24.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/06/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifms.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 207706

Código de Autenticação: 657d8d02d7

